
022ª SESSÃO ORDINÁRIA 27MAR2019

(Texto com revisão final.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Presidente, colegas, todos que nos acompanham na tarde de hoje; em primeiro lugar, eu gostaria de solicitar auxílio da técnica da Casa, para dividir com vocês uma notícia importante. Vários vereadores aqui já passaram pela frente parlamentar que discute a recuperação do arroio Dilúvio. Teremos um evento ocorrendo na sexta-feira, às 9h, na PUCRS, muito importante, que é a adoção de um dos trechos do canteiro do arroio Dilúvio, o que a PUCRS fará. Nós sabemos e discutimos várias vezes, e hoje, no jornal Metro, tem a notícia sobre esse evento. É importante que a Cidade se faça presente, que os vereadores se façam presentes na PUCRS, que vai adotar um trecho importante do arroio Dilúvio, para fazer a manutenção do trecho, já que nós temos essa ferida aberta na cara da sociedade, que é o arroio Dilúvio do jeito que está. Agradecemos à PUCRS ter se colocado à disposição. Será sexta-feira, às 9h, na PUCRS, o evento que vai marcar essa parceria da universidade com a Cidade, aumentando o nível de pertencimento.

O segundo assunto que eu gostaria de trazer é extremamente preocupante, extremamente revoltante, e eu também quero dividir com as senhoras e os senhores. Nós ficamos sabendo, através de algumas denúncias de pais, que existem movimentos nas escolas da nossa Cidade dizendo que o governo quer privatizá-las, e fazendo uma mobilização, inclusive, com autorização para menores de idade se fazerem presentes. Está sendo planejada, me parece, para amanhã, quinta-feira, dia 28. É uma mobilização partidária de entidades que estão fazendo uma mobilização partidária. Faço um alerta para que os pais não interpretem essa autorização como uma autorização da escola, não é uma autorização da escola, vamos ter muito cuidado.

Por último, mas não menos importante, eu gostaria de, mesmo sem o som, dividir com vocês algo que está sendo conversado entre os vereadores sobre as tristes cenas de hostilização que um colega, o Ver. Valter, passou no Mercado Público. Eu quero fazer um

pedido aos partidos que, por ventura, tenham filiados ali: identifiquem essas pessoas – eu faço o meu compromisso público – e expulsem, se forem filiados a algum partido político, porque cuspir em chefe de gabinete, assessor e desrespeitar dessa forma truculenta representantes da democracia desta Cidade é algo inaceitável de qualquer partido político que tenha representação aqui. A representação se faz de maneira democrática e com nível. Eu quero falar sobre alguns outros colegas que eu ouvi... Eu acho que chega, acho que a gente tem que identificar, falar dessas pessoas, pois, se forem servidores públicos, como parece que são, da rede pública de ensino, coitados dos alunos que têm aulas com pessoas que não têm educação dessa forma. Dessa intolerância chega! Acho que nós temos que falar abertamente, descobrir quem são as pessoas, fazer os procedimentos administrativos necessários, as pessoas têm que ter responsabilidade com isso. Eu ouvi nessa madrugada e quero falar de algumas pessoas aqui. Quero falar do Ver. Idenir Cecchim, do Ver. João Carlos Nedel e do Ver. Cassio Trogildo, que, nos últimos dias... Eu, que sento deste lado, talvez eles não tenham ouvido, porque sentam lá, escuto algumas palavras chamando esses três parlamentares de fascistas, de corruptos, de ladrões, de puxa-saco, de moleques. Eu, muitas vezes, me revoltei e vim falar com as pessoas que frequentam esta Casa. Eu não vou mais ficar calado, Presidente Mônica, vou pedir a retirada das pessoas que fazem isso. Eu nomino esses três vereadores, porque, Ver. Nedel, eu admiro esses três vereadores. Eu admiro profundamente o jeito que eles trabalham e, democraticamente, lutam pela melhoria da Cidade.

Estou fazendo um desagravo e dizendo que eu não vou mais ficar calado. Quem fizer esse tipo de coisa eu vou denunciar, mostrar, não interessa de que entidade ou partido for. Responsabilidade! Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Adeli Sell (PT): Ver.^a Mônica Leal, Ver. Nedel, uma questão de ordem. Quero aproveitar a intervenção do colega Moisés Barboza para solicitar que a Mesa converse com as lideranças, para que, quando se falar em partidos políticos, em pessoas, que se nominem, digam quem foi, quem é, porque essa questão de colocar as pessoas num saco de gatos traz enormes prejuízos, cria tensionamentos. Quero aproveitar também para dizer para a senhora, Presidente, que devemos continuar num relacionamento civilizado e democrático dentro desta Casa, e que os episódios de segunda-feira, quando fui atacado

veementemente por dois colegas – estou deixando isso no passado, mas acho que as pessoas têm que fazer um esforço para não fazer ataques pessoais.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro, Ver. Adeli Sell. O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Boa tarde a todos e a todas. Em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, primeiro quero saudar os servidores e as servidoras do Município, os servidores da Câmara Municipal, já esta é a primeira sessão depois daquela em que foi feito o ataque aos serviços públicos da Cidade, o que, obviamente, terá repercussões negativas em Porto Alegre. Fala-se tanto que o estado tem que ser eficiente, mas não é através da retirada de direitos, da desestabilização, inclusive, psicológica das servidoras e servidores que será alcançado o estado eficiente, como muitos defendem nesta tribuna. Aliás, se fala tanto em educação, que tem que se investir em educação, mas os professores estão incluídos neste ataque. É uma contradição que se coloca por aqueles que votaram a favor do projeto. Mas quero dizer que, apesar do ataque, continuaremos juntos, pensando no futuro da Cidade e na necessidade de serviços públicos eficientes, que levam para as pessoas que mais precisam direitos básicos. Gosta-se tanto de falar, nesta Legislatura, alguns trazem tanto o tema do estado mínimo, mas é importante dizer que, para essas pessoas da Cidade, as que mais precisam, o estado sempre foi mínimo, nunca conseguiu alcançar o mínimo de direitos. Ali, sim, há um estado mínimo, que não os respeita e não garante um patamar mínimo de condições de existência digna.

Eu quero trazer um tema, e já estamos recolhendo assinaturas de vários vereadores, subo aqui, inclusive, para convidar os demais que quiserem a também assinar... Nós já sabemos que há uma estratégia do Presidente Bolsonaro de desviar o foco das atenções dos problemas reais do País e tratar de temas simbólicos, ideológicos do seu pensamento, das suas preferências. Fez isso no carnaval, não quero me repetir sobre aquele vídeo que ele posta sem nenhuma necessidade, desvia o debate. O debate, em nível nacional, em nível estadual, que é o tema deste momento é o da chamada reforma da Previdência, e ele ontem fez mais um gesto para desviar a atenção. Vou colocar aqui, trata-se de uma moção de repúdio que estamos elaborando e gostaríamos que esta Casa

se debruçasse sobre o tema: uma moção de repúdio pela manifestação do Presidente Jair Bolsonaro ao Ministério da Defesa, determinando comemorações pelo dia 31 de março de 1964, que marca o início da ditadura militar no Brasil. Ou seja, Bolsonaro, de uma certa forma, pede que se comemorem os milhares de mortos, de desaparecidos no período da ditadura militar no Brasil. É lamentável. Nós já entendemos, como falei antes, que isso é uma estratégia para não ficar mais escancarado ainda que o seu partido e o seu governo, aos poucos, estão ruindo por sua própria atuação.

Citei antes os infelizes e desastrados *tweets* e vídeos que publica nas suas redes sociais, mas o Presidente faz um outro gesto, um gesto que ataca a memória, a dignidade dos milhares de pessoas que foram vítimas não só na ditadura militar brasileira, mas das ditaduras militares que ocorreram mundo afora. Lamentamos e repudiamos essa fala e essa posição do Presidente Bolsonaro. Queremos convidar os vereadores que sabem disso, que são sensíveis a isso, que sabem que se tratou de um golpe militar, que sabem dos pretextos que foram utilizados à época para fazê-lo – alguns mesmos pretextos foram utilizados no golpe de 2016, para a retirada da Presidenta Dilma –, que sabem do que estamos falando a se posicionarem politicamente, para dizer que não pode um Presidente da República incitar o ódio e a violência, como sempre foi sua praxe antes de ser presidente. Agora que é Presidente, deveria se comportar como um chefe de estado, um chefe de governo e não o faz. Ao contrário, é realmente um presidente que lamentamos ter sido escolhido. Muitos dos que votaram já se arrependem, as pesquisas mostram uma queda de popularidade em ritmo acelerado. Protocolaremos essa moção de repúdio com o apoio dos vários vereadores que desejarem assinar.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores; subo à tribuna para falar em período de liderança do meu partido, o PSOL, portanto, falo em nome também dos colegas de bancada – Ver. Roberto Robaina e Ver.^a Karen Santos. Nós tivemos, na segunda-feira, uma sessão plenária extremamente dura; dura para quem estava aqui, dura para quem acompanhou do início ao fim o transcorrer da sessão, dura

para quem estava também lá fora. A quantidade de fotografias de professores e aposentados que sofreram com a violência que se instalou nos arredores da Câmara de Vereadores não é motivo de orgulho para ninguém. Não é porque algumas pessoas ultrapassaram os limites que três mil pessoas precisam sofrer as consequências deste ato. Muitas pessoas, inclusive professoras aposentadas, exibindo, através de fotos, encaminhando fotos com as marcas de balas de borracha no corpo, muitas no rosto, e eu não consigo acreditar que pessoas capacitadas, qualificadas e treinadas dos órgãos de segurança mirem os seus armamentos para o rosto das pessoas. Infelizmente, várias imagens chegaram com pessoas com marcas graves próximas aos olhos. Já tivemos, em manifestações em anos passados, pessoas que perderam a visão por conta disso. É extremamente irresponsável, e eu faço aqui o alerta àqueles que comandam essas forças de segurança que se atentem a esse ponto. Tenham mais responsabilidade perante os seus, determinem diretrizes para que isso não aconteça. Tudo o que nós não queremos é lamentar desastres, lamentar desgraças.

Eu gostaria também de deixar o meu recado com relação às manifestações. É claro que, quando uma pessoa ouve o seu nome e sofre vaias, menções de repúdio aos seus atos, dói. Todos, acredito eu, pelo menos os que estavam na Legislatura passada, lembram que nós sofremos uma dura perseguição por conta de votações que aconteceram nos projetos de lei envolvendo os aplicativos de transporte, mas isso faz parte da tarefa legislativa. Quem não quer se expor, quem não quer ser criticado e, em outros momentos, ovacionado, que não se candidate para cargos eletivos, que não represente um segmento da população, que deixe para outros a tarefa de sofrer essas críticas. É claro que todos nós gostamos de ser elogiados, mas a crítica também faz parte desse ofício, e, como diria um dos meus filhos, “se não sabe brincar, não desça para o parquinho”, não aceite essa tarefa, que é uma tarefa árdua. Não é só *glamour*, existem críticas, muitas vezes, pesadas, que nós consideramos injustas. No meu ponto de vista, obviamente, todo aquele ataque imposto aos servidores na segunda-feira foi injusto, incorreto. Se a Prefeitura precisa de receitas... E há superávit, conforme apresentado pelas equipes do prefeito Nelson Marchezan Júnior, em 2017; há superávit em 2018, porque há um conjunto de servidores trabalhando de forma qualificada para que isso aconteça... Portanto, os R\$ 16 milhões de economia não valerão o impacto negativo que terão na prestação do serviço à população. Fizemos essa crítica na época e continuaremos fazendo, porque os rumos

deste governo estão completamente equivocados, e a população, que deveria receber um serviço de boa qualidade, tem o serviço precarizado por conta do desinvestimento que a Prefeitura está fazendo em todas as áreas. Um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR NELCIR TESSARO (DEM): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste; primeiramente, eu quero agradecer à minha bancada – Ver. Conceição e Ver. Reginaldo Pujol – pela cedência de tempo de liderança do partido. Nós continuamos, pelo que vejo hoje, a falar sobre um projeto que foi votado na segunda-feira e em que já houve decisão. Eu acho que não cabe agora a discussão nos exageros do que houve, do que não houve, do que aconteceu na segunda-feira. É a mesma coisa de querer, no dia seguinte, começar a reclamar, tentar mudar o resultado de um Gre-Nal. No dia seguinte, nós não podemos estar fazendo essa discussão.

Eu quero dizer a todos os servidores que puderam acompanhar que nós não nos manifestamos na votação, porque eu tenho o maior respeito pelos servidores públicos, pois nós somos temporários, os vereadores são temporários, os CCs são temporários, e os servidores concursados são permanentes, são aqueles que levam esta Cidade no caminho de ela ser uma Porto Alegre melhor. Eu quero pedir a todos os colegas, seja de partido que forem, para virarmos essa página. Se houve agressões na entrada da Câmara, ninguém agride sozinho, se não houver uma reação; alguém reagiu, e teve toda uma reação. Se houve colegas que se manifestaram da tribuna com um pouco mais de exagero, acalorados pela situação, talvez no momento em que estava o sindicato de um lado, pessoas do lado esquerdo das arquibancadas, isso não se pode agora, hoje, levar adiante.

Meu amigo Ferronato, nós estivemos ouvindo, no calor das emoções, palavras que, no dia seguinte, a gente tem que começar a analisar e ver se eram próprias naquele momento. Nós queremos é que haja a paz. Os servidores podem ter certeza que as emendas que foram aprovadas minimizaram o impacto. O que está sendo dito pela mídia ou por alguns das mídias sociais não é o final ou o que vai ocorrer com a aprovação

desse projeto. Tenho muitos e muitos amigos servidores públicos desde o tempo do DEMHAB, sempre digo que onde trabalho gosto de formar uma família, como na procuradoria, tenho amizade e não pude... No que pudemos, votamos nas emendas que favorecessem as pessoas, os servidores. Inclusive o nosso colega Ricardo Gomes, em prol dos servidores públicos, retirou a sua emenda e pediu que votássemos contra, porque aquilo, sim, era muito prejudicial aos servidores públicos. Nós não podíamos, naquele momento, já que tínhamos a votação em andamento e o projeto praticamente aprovado pelo governo, fazer com que aquilo fosse ocorrer de uma forma, talvez, também pelas manifestações acaloradas do Simpa, que estava presente. Mas é o momento, é o momento do jogo da torcida, é o momento de se fazer. Agora estamos em outro momento, o momento de apaziguar. Todos os servidores, tenho certeza, sempre se empenham pelo bom trabalho, para que se possa desenvolver na sua secretaria, na sua repartição, um trabalho digno com o concurso que fizeram, e assim vamos vestir a camisa de Porto Alegre por todos, para todos. Não podemos deixar que a nossa Porto Alegre seja apenas de alguns.

Vi hoje apresentações de Porto Alegre e fico muito preocupado quando, no Extremo-Sul, temos 200 mil pessoas que vivem em situação de risco, inclusive com falta de água momentaneamente, porque a Prefeitura precisa de mais recursos para investimentos, e só se faz investimentos cortando despesas. É nesse momento que houve essa votação de sacrifício. Pedimos a compreensão de todos os servidores, e quero dizer que não cabe agressão de nenhuma parte, seja dos servidores, seja dos vereadores. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.^a Mônica, quero agradecer ao colega Robaina, líder da oposição, pela cedência deste espaço. Apesar do silêncio, a base do governo, que, me parece, não quer fazer um balanço dos episódios de segunda-feira, ela deve estar tranquila pelos 24 votos que angariou neste plenário, para fazer um verdadeiro massacre em relação ao futuro da Cidade. Eu debati ainda hoje com um empresário amigo meu, mostrando a ele o prejuízo que vai haver, porque disseram que não há os cortes, como

havia sido previsto no ano passado com o projeto dos regimes, mas as pessoas não vão alcançar os patamares mínimos desejáveis e necessários para que bons profissionais, com qualificação, possam adentrar o serviço público e permanecer nele. Dizia, inclusive, que, no primeiro aquecimento que houver da economia – e isso é inevitável, a economia capitalista é cíclica, com crises e avanços, haverá um dia em que algum avanço haverá –, essas pessoas vão sair do serviço público, vão para a iniciativa privada. Quero debater também essa questão de que só o serviço público tem essas carreiras. Não é verdadeiro isso! Nós conhecemos muitas empresas, não só grandes empresas, mas muitas empresas, Hamilton, que têm planos de carreira. Aqui tanto se falou e tanto se fala que nós precisamos ter política de resultados, mensuração do trabalho, que isso é possível fazer, nós já temos isso na Fazenda, já existe essa questão.

Portanto, estou usando este período de liderança, porque eu gostaria de ouvir a base do governo, eu gostaria que explicasse o que fará daqui para frente, o que fará quando o judiciário estiver atrolhado com dezenas, centenas e, quiçá, milhares de ações judiciais, porque é preciso dizer que há redações que foram vistas por nós com lacunas impressionantes. Esse projeto não passou pela mão de procuradores, de nenhum setor da procuradoria. Foi gestado no gabinete à moda miguelão, vamos ser bem claros, numa linguagem chula e vulgar, porque, às vezes, é preciso falar assim, para que as pessoas possam entender. Eu não estou fazendo nenhuma provocação, estou apenas chamando a base do governo à razão. Não pense o governo que, com 24 votos, Ver. Mauro Zacher, vai continuar o passeio que foi segunda-feira, inclusive colocando em risco pessoas, como foi do lado externo da Câmara. Se alguém cometeu alguma irregularidade, que se diga, não foi dito até agora; pelo contrário, a gente viu, pela fala do meu líder Sgarbossa e pela fala do Prof. Alex, que algumas barbaridades foram cometidas, e não por um profissional de segurança pública. Eu, por sinal, vou tentar me valer de alguma comissão desta Casa para tentar introduzir alguns debates sobre questões da administração pública municipal. Estou lá vigilante, na Comissão de Constituição e Justiça, fazendo o meu papel, mas eu, como vereador, posso me utilizar de outras comissões para pautar certas questões, e vou fazê-lo. E digo mais: vereador não só age dentro das quatro paredes desta Casa, vereador age na rua. Como eu disse e quero deixar bem claro, não fiz proselitismo político-partidário quando disse que, nas ruas, para aquelas pessoas que são atendidas em escolas, postos de saúde e serviços, o debate vai ser feito cara a cara com

pág. 8

essas pessoas. Não venham depois me dizer que eu propus, porque eu não propus, foi uma distorção. Não é de boa-fé que se faz isso, me acusar de ter dito que nós faríamos os atendimentos nos postos de saúde dentro das escolas. Não foi isso que eu falei, muito pelo contrário, eu sou daqueles que dizem que tem que ter um bom atendimento dentro do posto de saúde e, na escola, tem que ser livre, livre mesmo. Agora, na rua, na visita, no cafezinho, no chimarrão, eu falo o que eu quero; os funcionários vão falar o que querem, e tem gente vai ouvir o que não gosta de ouvir. Muito Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo o processo SEI nº 017.00056/2019-76, de autoria da Ver.^a Mônica Leal, que solicita representar esta Casa na reunião-almoço promovida pela Associação Comercial e Industrial de Camaquã, no evento “O Exército brasileiro trabalhando pela segurança das pessoas”, em Camaquã, Rio Grande do Sul, às 12h, no dia 28 de março de 2019.

Apregoo o processo SEI nº 035.00034/2019-98, de autoria da Ver.^a Lourdes Sprenger, que solicita representar esta Casa, na Assembleia Legislativa do Estado Rio Grande do Sul, no período de Grande Expediente, cujo tema será “Governo Sartori, um balanço dos quatro anos de gestão”, às 14h, no dia 27 de março de 2019.

O Ver. André Carús está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; passada a apreciação do PLCE nº 002/19 na última segunda-feira, não podemos fazer agora uma espécie de 2º turno daquela discussão, nós temos que virar a página e partir para outros desafios, pois a Cidade aguarda ansiosamente por transformações e por mudanças positivas. Eu quero fazer, Ver. Idenir Cecchim, líder da nossa bancada, uma referencia às falas dos vereadores Marcelo Sgarbossa e Adeli Sell. Nós não podemos, em determinadas situações, invertê-las de modo que só favoreçam as posições que nós defendemos. Se houve uma ação da Brigada Militar ou da Guarda Municipal no lado externo da Câmara, foi no intuito de preservar um patrimônio público e até mesmo preservar a democracia, uma vez em que se pretende invadir um poder constituído legitimamente, sem espaço suficiente para abrigar, com segurança, todas as pessoas. Alguns excessos podem ter sido cometidos de

parte a parte, mas esperamos que esses ânimos sejam acalmados de maneira que episódios como os da última segunda-feira não se repitam, porque nós teremos outros projetos de igual ou maior polêmica a serem analisados nesta Casa, que devem ser tratados com a serenidade e a tranquilidade necessárias. Quando o Ver. Adeli vem dizer – também quero fazer essa colocação, porque é importante – que não pense o governo, não pensem os vereadores que isso ou aquilo... Não é uma norma civilizada da Casa ficarmos, veladamente, ameaçando um ao outro de que isso irá ou não acontecer. As posições divergentes nós temos que respeitar, temos que conviver com as diferenças num pacto de melhorias para a Cidade. Aí temos um exemplo concreto de que a união dos esforços deve agora caminhar para ações concretas; não basta unirmos esforços, é preciso fazer. O Pacto Alegre, que foi lançado ontem, no dia do aniversário da Cidade, nasceu a partir de uma aliança pela inovação constituída pela UFRGS, pela PUC, pela Unisinos, agregou diversos representantes da sociedade civil e, também, do poder público. O Pacto Alegre, Ver. Ricardo, vai caminhar no sentido de inovação social urbana que não é a inovação social urbana que nos impõe padrões de comportamento, mas é a que vai trazer benefícios para todos, para todos os públicos, para o cidadão que quer uma cidade e se reconheça numa cidade de acordo com seus valores, com seu perfil, com sua visão de mundo. Esse pluralismo diz que a imposição do pensamento único traz dificuldades, e não há uma aceitação, por parte daqueles que ficaram nas décadas passadas ou, em alguns casos, no século passado, de transformações. A academia pode trazer importantes transformações. A sociedade civil organizada, representada por entidades que estão alinhadas com esse pensamento plural e democrático, também pode produzir transformações; a unidade do poder público com o setor privado, da mesma forma. Os desafios são enormes na segurança, na saúde, na educação. Nós não temos que ter preconceito de avaliar que essas mudanças são um passo objetivo para alcançarmos o futuro da Cidade, com prosperidade, com emprego, com renda, com empreendedorismo, com valorização daqueles que mais precisam, atendendo aos mais pobres e àquelas pessoas que estão nas comunidades mais necessitadas sem acesso aos serviços básicos, que são de competência do poder público. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, colegas vereadores, público que nos assiste através da TVCâmara e da Rádio Web; eu queria falar sobre o que todos estão falando. Quero dizer que, no ano passado e no ano retrasado, a discussão mais importante nesta Casa eram os regimes. A discussão crucial dos trabalhadores municipais de Porto Alegre era o regime. Este ano, a principal reivindicação dos trabalhadores municipais foi mantida: o regime está assegurado. No ano passado, eu e mais alguns líderes fizemos uma emenda, propusemos que as mudanças, principalmente as que foram feitas na segunda-feira, fossem somente para os novos, e as galerias, as lideranças não aceitaram. Este ano, nós voltamos a discutir questões, e eu quero que fique bem claro que as cinco emendas que aprovamos, nós aprovamos discutindo com a direção das entidades. As cinco emendas que aprovamos e que melhoram um pouco o projeto, que, desde o início, dizíamos que era ruim, várias delas foram a pedido das entidades. Quero dizer o que eu disse no início da minha explanação: é preferível ir o anel do dedo minguinho a todos os dedos e todos os anéis. O mundo está passando por mudança e transformações, e só a nossa Cidade não vai passar? O mundo inteiro, o Brasil inteiro está discutindo a reforma da Previdência. Os trabalhadores tiraram da sua agenda a redução da jornada de trabalho, a participação dos lucros e resultados. Agora, os trabalhadores tiraram da sua agenda até a reforma da Previdência, os dirigentes sindicais, Ver. Medina, porque o governo deu um jeito de acabar até com o custeio das entidades. Então, essa questão de radicalizar e de se furtar ao papel dum agente público e, principalmente, dum agente sindical, que é sentar à mesa e negociar, não pode acontecer com os municipais de Porto Alegre, porque ninguém, no mundo, tem tudo. Isso os nossos pais nos ensinam desde que nós nascemos. Ninguém, no mundo, tem tudo, tem horas que tu tens que ceder em alguma coisa. A população de Porto Alegre pode ceder. Nós podemos ceder, a direção dos municipais nunca pode ceder. Eu quero dizer outra coisa, já que estamos nessa dr, pode-se dizer assim. Eu não sou ninguém para ensinar alguém, mas de uma coisa eu sou capaz, e disto muito me orgulho, eu sou um bom dirigente sindical, eu me forjei, desde 1979, na primeira greve de que participei no movimento sindical. Eu aprendi muito e aprendi muito nesta Casa! Está aqui o Ver.

Airto Ferronato, que é um dos mais antigos, assim como o Ver. João Carlos Nedel. Nossa categoria, quando precisava desta Casa, quando muitos projetos daqui dependiam, nós, anualmente, fazíamos um material agradecendo a todos os vereadores que estavam conosco, com os comerciários de Porto Alegre. No período eleitoral, nós fazíamos materiais e distribuíamos para toda a Cidade, dizendo: “Este vereador é dos comerciários”. O Ver. Márcio Bins Ely pegou esse finalzinho, lembra? O Ver. Paulo Brum também pegou esse final, lembra? Eu estranho, eu vejo o Simpa colocar *outdoor* aí de alguns vereadores da Cidade que são contra os municipais, mas eu não vi o Simpa distribuir um papelzinho dos vereadores que, no ano passado e retrasado, ajudaram a garantir o regime de dedicação. Não vi um papelzinho! Não vi uma agulhinha, não vi nada! Nada de o sindicato dizer: “Nesses 19 vereadores vocês, municipais de Porto Alegre, podem confiar; esses 19 vereadores garantiram que o projeto não voltasse, esses 19 vereadores deram quórum, esses 19 vereadores enfrentaram o governo”. Nada disso eu vi, Ver. Marcio Bins Ely. Nada disso eu vi! E eu não vi agora, em postagem de nenhum dos vereadores, um dirigente do Simpa dizer: “Olha, realmente, tirar o art. 6º foi bom, garantir a FG-4 foi bom”. Eu não vi nada disso, nada disso! Não vi dizerem que esta Casa garantiu o regime de dedicação, que esta Casa garantiu os RDEs. Eu não vi nada disso ser dito. Eu só vejo ofender os vereadores. Algum vereador disse que ia ser difícil manter, mas eu acho que vai ampliar, se continuar essa política sectária do sindicato. É sectária, Ver. Robaina, porque, no meu sindicato, quando eu era dirigente, nós botávamos todos os partidos no material. Todos! Da extrema-direita à extrema-esquerda. Com relação ao Ver. João Dib e ao Ver. Reginaldo Pujol, que sempre tiveram uma postura liberal nesta Casa, nós nunca faltamos com o respeito em relação a eles. Nunca. Faltávamos o respeito com os traidores, mas com eles não, porque nós sabíamos o seu lado.

Para concluir, eu quero dizer que esta Casa está fazendo o melhor que pode ser feito na atual conjuntura econômica deste País, não somente para os municipais de Porto Alegre, mas para a população de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mendes Ribeiro assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, colegas vereadores, vereadoras, assessores, funcionários, imprensa; se eu tivesse que fazer uma retrospectiva da última sessão de votação, eu diria que foram dez horas de grande tensão, mas também vejo a sessão de uma forma muito democrática. Nós demos voz a todas as pessoas, e o que aconteceu da porta da Câmara para fora é de responsabilidade da Brigada Militar.

Eu subo a esta tribuna para responder ao colega Ver. Marcelo Sgarbossa, que chegou aqui e disse que o Presidente Bolsonaro estimula a celebração do golpe de 1964. Vereador, eu vejo 31 de março de 1964 como uma contrarrevolução, não houve golpe, é simples, porque estava em andamento um processo lento e gradual de implantação do movimento comunista internacional. Isso todos nós aqui sabemos, mas é uma questão de aceitar ou não, é interpretação. Estava em andamento a implantação de um movimento comunista internacional de uma ideologia contrária aos princípios democráticos. O evento de 31 de março de 1964 trouxe muitos reflexos, muitas consequências para o Brasil, e nós sentimos isso até hoje pelo cidadão que deseja uma nação com crescimento. Ora, é tão fácil nós fazermos uma retrospectiva, pesquisarmos aqueles países que tentam implementar o comunismo e compararmos com o Brasil. O movimento contou com o apoio da sociedade, esse movimento, que eu chamo contrarrevolução, contou, sim, com o apoio da sociedade brasileira e elegeu, como presidente, o General Castelo Branco, em eleição indireta, com 361 votos, ou seja, 98,63% dos votos, restaurando assim os princípios democráticos, restabelecendo a ordem, a unidade nacional, combatendo os princípios subversivos que queriam ser implementados nesta terra, e implantando as reformas que permitiram que o País chegasse a ser a oitava economia mundial. Um País que estava enfrentando sérias dificuldades chegou a ser a oitava economia mundial, que saudades! Façam a pesquisa, e os senhores verão, eu tenho todos os dados. Agora, essa questão de comemorar é tão simples. Lá no governo Dilma, ela proibiu que o Exército comemorasse, e ninguém falou nada; agora, o Exército quer comemorar. Na minha opinião, se trata apenas de recordar um acontecimento histórico, que, com seus acertos e erros, mudou para melhor a face do Brasil, porque, como eu disse e repito, nós saímos de uma economia atrasada para a oitava economia. São comemorações internas, cada

quartel vai fazer a sua. Aí tem gente reclamando? Ora, eu não sei se é dificuldade de interpretação de texto, se é uma tendência a arrumar conflitos, a reclamar de algo que não tem nada que ver, pois essa é uma questão interna. Aqui no Comando do Sul, haverá uma comemoração, até convido os senhores, será um jantar de comemoração do aniversário do movimento cívico-militar. Será dia 3 de abril, às 19h, no restaurante Parrilla del Sur. Quem quiser ir que vá, quem não quiser ir que não vá. É simples assim. É uma comemoração do Exército Brasileiro daquilo que ele considera contrarrevolução, o que eu também considero. Então, senhores, eu penso, simplesmente, que este discurso aqui é para inglês ver. Não é possível que as pessoas não tenham noção de que o Exército pode, sim, comemorar internamente as suas datas, os seus feitos da contrarrevolução. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(A Ver.^a Mônica Leal reassume a presidência.)

Vereador Professor Wambert (PROS): Sra. Presidente, eu queria solicitar a V. Exa. que advertisse a assessora da Ver.^a Karen Santos, pois ela está, em plena sessão, sentada no assento de vereadores. Para isso, ela tem que concorrer numa eleição, ela tem que ser votada, ela tem que ser eleita e ser representante do povo de Porto Alegre, isso para poder sentar na cadeira, em plena sessão ordinária, como estamos tendo agora. Ficam aqui o meu registro e o meu pedido. Muito obrigado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro. Solicito que a Ver.^a Karen informe à sua assessora que as cadeiras são para os parlamentares eleitos, ou para os que já foram vereadores. Muito obrigada pela compreensão.

O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sra. Presidente, senhoras e senhores vereadores, e, em especial, Ver. Cláudio Janta, que nos antecedeu na tribuna; nós passamos, na segunda-feira, por uma sessão que, além de longa, foi tensa, quando sempre os ânimos se exaltam, e há momentos de distensionamento da Casa. E me parece adequada a fala

do Ver. Adeli Sell, que propõe que nós contemos os ânimos e possamos levar adiante as discussões, porque o Parlamento tem a missão permanente de seguir analisando os problemas da Cidade. O que ocorreu do lado de fora, e tem razão a Presidente Ver.^a Mônica Leal, diz respeito à segurança pública do município de Porto Alegre, e não a este plenário, que operou e operou bem sob o comando de Vossa Excelência.

Foi dito que havia ódio contra os servidores, que se estava culpando os servidores pela crise. Eu, na mesma linha do que disse o Ver. Cláudio Janta, tenho experiência, não tão larga como a dele, é obvio, de negociação sindical. Ninguém que aqui votou pela aprovação do projeto o fez por não gostar dos servidores ou por detestar os servidores públicos de Porto Alegre, como as empresas, que, em 2013, por causa da crise, fizeram negociações sindicais, algumas delas reduzindo salários porque a crise as obrigou a fazer. Essas empresas não odiavam seus funcionários, seus empregados. Também não se trata de uma questão de ódio ou de condenação dos servidores públicos pela crise que enfrenta a cidade de Porto Alegre. Trata-se de reconhecer que a crise existe, de agir para enfrentar a crise, de dar passos que, amanhã, vão garantir, por exemplo, a retomada do reajuste inflacionário, no qual nós não tocamos, que é direito dos servidores e que não ocorre há dois anos no Município, porque faltam recursos para a folha. Trata-se de garantir que, no futuro, os servidores possam, inclusive, receber seus salários em dia, porque nós tomamos ações de enfrentamento da crise. Negar a crise e não tomar essas ações resultaria em piorar a vida dos servidores muito mais do que o projeto, eventualmente, tenha piorado. Nós nunca negamos que ele tem impacto sobre a carreira. É obvio, nunca dissemos que não. O que nós dissemos e reafirmamos é que o impacto que o projeto traz é muito menor do que o resultado que haveria, se essa Câmara ignorasse a crise fiscal do município de Porto Alegre. O que houve foi um gesto de responsabilidade com o futuro, com as próximas gerações de porto-alegrenses. Muito se disse que o impacto era pequeno. Vejam o gasto de publicidade, o gasto disso, o gasto aquilo é muito maior. Se o gasto é pequeno em um ano, em 40 anos, isso pode representar 40% da folha. Evitamos um disparo de mais 40% na folha do Município. Essa não é uma responsabilidade com esta administração, com este prefeito, nem com este conjunto de vereadores que está aqui, é uma responsabilidade com os próximos 40 anos da cidade de Porto Alegre, com os servidores que, pelos próximos 40 anos, não passarão pela tristeza e pela dificuldade de ver seus salários congelados, sem o repasse

inflacionário e não pagos em dia. O que houve foi uma adequação, como muitas empresas fizeram, quando quase quebraram em 2013, um ato de responsabilidade fiscal para o futuro e um ajuste que, se não fosse feito, comprometeria o pagamento em dia de funcionários por gerações. Por isso tem plena razão o Ver. Cláudio Janta quando diz que o que foi feito aqui foi o possível. Não com a intenção de lesar servidores, longe disso, mas com a intenção de garantir que, para as próximas gerações, os pagamentos sejam feitos em dia, os reajustes inflacionários possam ser dados, e a saúde financeira do Município possa ser suportada pela população pagadora de impostos. Se não fizéssemos o que fizemos, nós comprometeríamos o futuro da Cidade. Outras reformas há que se fazer, outras economias há que se provocar e outros apertos de cinto há que se fazer para garantir o futuro da cidade de Porto Alegre. O calor das discussões, quando um vereador está nesta tribuna e é interrompido pelas galerias, faz com que ele suba o tom da voz para ser ouvido, e a estética que transparece é uma estética de raiva, de briga, quando não é o caso.

Tomamos uma decisão que foi muito refletida e serenamente pensada nos gabinetes, lendo o projeto, estudando, propondo alterações através de emendas, Ver. Tessaro, e que o calor do momento talvez não reflita, mas a verdade é que a medida tomada foi tomada com muita paz de espírito, com muita reflexão e com o compromisso com o futuro da Cidade, e é isso que está expresso naqueles 24 votos que estiveram no painel. Obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo a promulgação da Lei nº 12.519, de 19 de março de 2019, que estabelece a divulgação da relação e do estoque de medicamentos distribuídos gratuitamente à população pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Vereador Marcelo Sgarbossa (PT): O Ver. Professor Wambert veio aqui e fez essa colocação: que a assessora da Ver.^a Karen não poderia sentar na cadeira destinada aos vereadores e vereadoras. A título de informação, eu percebo que várias pessoas que frequentam o plenário aqui, secretários, muitas vezes, até os filhos, parentes, ocupam as cadeiras. Eu não sei se há um regulamento específico sobre o tema, gostaria de saber, porque, se nós vamos estabelecer esse nível de rigor com quem senta nas 36 cadeiras, é

importante que nós tenhamos uma clareza sobre isso, porque a gente sabe que levando o direito ao máximo, ele pode causar uma extrema injustiça. Eu vejo que ex-vereadores e deputados muitas vezes vêm aqui e sentam, não sei se o regramento – se é que existe – fala também disso, se nós, vereadores, então, podemos sentar nas cadeiras reservadas às assessorias. Enfim, há uma complexidade muito grande sobre quem e onde senta. Parece um tema menor, mas acho que nesse contexto em que nós vivemos, é importante saber se há um regramento e quais são as diretrizes para a gente entender o que eventualmente poderá ser mudado, estabelecendo um convívio harmônico nesta Casa. Obrigado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver. Marcelo, vou consultar o Regimento Interno, mas quero informá-lo que as bancadas são de uso dos vereadores, e eu posso dizer isso com propriedade, porque fui assessora desta Casa durante 12 anos, quando a lei assim permitia, do então vereador Pedro Américo Leal, e essas cadeiras são de uso dos vereadores, dos ex-vereadores, e os deputados que visitarem a Casa têm essa prerrogativa. Já o mesmo não acontece na Assembleia, se eu for à Assembleia Legislativa, não posso sentar na cadeira de um deputado estadual. Isso é do Regimento Interno, assim como o uso da gravata, o rigor na vestimenta, o cuidado com as roupas no parlamento, tudo tem regras: um desembargador, no seu ofício, tem o cuidado com a toga; um médico, com o jaleco, enfim. Nós estamos no Parlamento Legislativo e existem regras. Eu diria até que nós temos que ter imenso cuidado para não levar, jamais, esta Casa com uma ideia de que é a continuidade de uma praia, de uma praça, porque existe, sim, um rigor na vestimenta e na atuação dentro do Parlamento.

Vereador Marcelo Sgarbossa (PT): Desculpe, Presidenta...

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Eu até procurei ser bem educada e cuidadosa com a assessora da Ver.^a Karen, a vereadora é nova, ela não tem obrigação de saber, por isso eu fiz esse comunicado a pedido do Ver. Wambert, para que ela soubesse, então, que não pode sentar na cadeira.

Vereador Marcelo Sgarbossa (PT): Presidenta Mônica, a senhora trouxe outro tema que é a questão das nossas vestimentas. Sabemos que aqui devemos portar gravata. Nós temos um projeto tramitando que trata da dispensa do uso da gravata, mas aí cabe também a questão do uso do calçado. Eu, neste momento, estou usando tênis, muitos vereadores usam tênis aqui, e, pelo que eu sei, o tênis não está previsto para poder utilizar. É isto o que eu estou dizendo: se nós levarmos na literalidade, muitas vezes, alguns vereadores não poderiam sequer entrar no plenário por não estarem com gravata ou por não estarem com o calçado previsto. Então estou só levantando aqui que a lei levada ao máximo pode causar uma injustiça, talvez seja o caso. A senhora citou que ex-deputados podem sentar nas cadeiras; então me parece que há uma regulamentação. Se não há, podemos trabalhar nelas.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Isso é nacional, vereador, a gente conhece. O deputado pode sentar, o vereador já não consegue.

Vereador Marcelo Sgarbossa (PT): Foi um pedido de informação e uma problematização diante do que o Ver. Wambert levantou. Eu acho que nós temos que debater esse tema para não ficar criando regras.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Está feito o seu registro, mas quero lhe informar: se existe algum projeto para modificar o traje dos vereadores, a questão da gravata, eu votarei completamente contra, porque essa lei é de autoria do Pedro Américo Leal, e, aliás, eu acho muito apropriada para o Parlamento.

Vereador Professor Wambert (PROS): Vereadora, na lógica do Ver. Marcelo Sgarbossa, então vamos proibir o tênis. Não pode virar uma zorra, um desrespeito. A assessora da Ver.^a Karen, hoje, foi respeitosa, sentou na cadeira, porque, geralmente, ela senta na bancada. É o petismo de sempre, o total desrespeito às instituições. Esta Casa tem um nível de formalidade. Presidente, nós representamos o povo de Porto Alegre; a nossa democracia é representativa. Aqui, somos 36 representantes eleitos para isso. O vereador está defendendo, usou argumento que o deputado vem e pode sentar. Eu duvido entrar no plenário da Assembleia, porque vereador não entra sequer no plenário da Assembleia,

pág. 18

e não vão me ver lá reivindicando isso, eu respeito as regras da Casa. O que falta no Brasil é respeito às instituições, e aqui nós estamos presenciando uma deprimente defesa de um tipo de anarquia que não constrói nada. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Está feito o seu registro, Ver. Wambert.

Vereador Ricardo Gomes (PP): Sra. Presidente, a respeito da manifestação do Ver. Moisés Barboza, que mostrou, inclusive, os vídeos das agressões que o Ver. Valter Nagelstein sofreu ao desempenhar uma ação oficial numa homenagem da Câmara que ocorreu no Mercado Público de Porto Alegre. O vereador foi agredido, teve acusações morais. Servidores do Município cuspiram em servidoras desta Casa, houve arremesso de urina na servidora desta Casa. Eu gostaria de informar aos colegas e pedir o apoio. Nós vamos fazer um pedido de providências para a Prefeitura de Porto Alegre para identificar quais são os servidores do Município que são vistos nessas imagens, para que eles sejam identificados e para que seja, imediatamente aberto o procedimento administrativo disciplinar adequado, com a punição cabível, que eu entendo que, em alguns casos, pode chegar até a demissão a bem do serviço público. Eu junto com os colegas vamos redigir esse pedido de providências, e já peço a V. Exa. que encaminhe à Prefeitura de Porto Alegre, porque, como disseram vários vereadores aqui, em caso de dois vereadores do Rio de Janeiro, que foram mortos, uma muito lembrada e outro muito esquecido, um ataque violento a um vereador é um ataque violento a este parlamento. É uma ameaça à democracia. Nós tivemos um colega desta Casa agredido em público, pela forma como votou num projeto, parece-me uma questão muito grave. Vou também encaminhar uma situação com relação ao cartaz que o Sindicato dos Municipários de Porto Alegre fez, com um alvo na cabeça de um vereador, o desenho de um alvo na cabeça de um vereador que também, o também requer um tratamento sério. Eu acho que nós precisamos, como Casa, eu tenho certeza que V. Exa. compartilha dessa visão, a Câmara de Vereadores não pode silenciar ante a agressão a um de seus membros pelo simples exercício do direito de voto que o mandato lhe conferiu.

Então, eu peço a todos os colegas que juntos assinemos esse pedido de providências, cobrando da Prefeitura uma dura ação contra esses servidores que são identificados nas imagens. Obrigado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro, Ver. Ricardo Gomes. O Ver. Rafão Oliveira está com a palavra.

Vereador Comissário Rafão Oliveira (PTB): Presidente Mônica, realmente, eu gostaria de utilizar o microfone e a minha fala para reforçar o justo pedido do Ver. Ricardo Gomes, que nesse sentido, eu, como policial, vi uma situação muito grave ali, onde tem um debate democrático, onde nós temos aqui um debate livre de ideias, houve uma audiência pública democrática. Agora, existem regras, e essas regras têm que serem cumpridas. Se essas pessoas que jogaram pedras na Guarda Municipal, pedras na Brigada, jogaram urina, cuspiram, deram pauladas, são servidores públicos, eles devem, sim, ser identificados através de vídeos que todos têm disponíveis através da imprensa, e serem devidamente revistas as suas condutas, principalmente se são professores, porque não estão dando o exemplo para seus alunos.

Segundo lugar, como debate democrático, até aonde vamos chegar? Será que a cada discussão nesta Casa, vamos ter que ter um pelotão de choque, um guarda com capacete e um porrete na mão para podermos debater? Se não houvesse essa força de contenção, a que limite chegariam esses servidores – se são servidores? Qual a intenção de invadir, derrubar um portão da Câmara, invadir a Câmara para quê? Matar um vereador? Dar uma facada, dar um tiro num vereador, impedir o seu voto? Eu acho que é um caso muito grave. Não é esse por esse tipo de Brasil que estamos lutando, não é esse tipo de parlamento que queremos e não é esse tipo de servidor que nós queremos. Reforço aqui o pedido, e vou encaminhar à Mesa imagens e o meu pedido de reconhecimento dessas pessoas. Muito obrigado.

Vereador Felipe Camozzato (NOVO): Presidente, apenas para reforçar o pedido dos dois colegas vereadores, ao qual tem o meu total suporte, gostaria de lembrar que temos na Casa a Procuradoria Especial da Mulher, que acho que, no que diz respeito à agressão contra uma servidora da Casa, cabe aí também uma atuação da nossa Procuradoria, que tem servido de espaço para discussão também de temas como violência contra a mulher. Nesse caso, não seria diferente. Soma-se a isso, encaminhei durante a sessão, no grupo nosso de vereadores, a identificação de um dos autores que

jogaram pedra na nossa Guarda Municipal que constava no vídeo publicado pelo veículo Zero Hora. Muito obrigado.

Vereador Adeli Sell (PT): V. Exa. tem sido sempre muito atenta, tem escutado todas as questões, mas acho que essa é uma temática que não cabe nos apartes aqui. Então, queria fazer o seguinte encaminhamento: na linha que expus na minha intervenção, na liderança, acho que seria um bom momento de a Mesa Diretora chamar uma reunião com as instituições que participaram do debate, ou seja, as associações, para fazer uma conversa porque outros episódios vão ocorrer, projetos difíceis, etc. e tal. Fazer em vez de uma disputa infundável, quem sabe um processo de mediação, acho que é mais civilizatório.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): (15h33min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina, solicitando o adiamento da discussão do PLL nº 192/17 por duas sessões. **(Pausa)** Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Mônica Leal, solicitando a retirada de tramitação do PELO nº 004/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina, solicitando que seja incluído na ordem de priorização de votação da Ordem do Dia de hoje o Requerimento nº 024/19, e que, imediatamente, passemos à sua votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 024/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Marcelo Sgarbossa (PT) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito o adiamento da discussão e votação do PLL nº 117/17, por uma sessão.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a abstenção do Ver. Reginaldo Pujol.

Vereador Marcelo Sgarbossa (PT) (Requerimento): O PLL nº 142/17 e o PLCL nº 014/17, de nossa autoria, são projetos ligados ao tema dos direitos da mulher. Nesta manhã, na reunião de líderes, nós combinamos – não sei se isso constou em ata, mas pouco importa – de marcarmos um dia, já que não conseguiremos fazer agora em março, em abril, talvez na primeira quinzena, para votação dos projetos ligados ao tema da mulher. Então eu faço aqui, como um aviso aos demais vereadores que não são líderes e que não estavam na reunião, para indicarem projetos com essa finalidade. Nesse sentido, solicito a retirada do PLL nº 142/17 e PLCL nº 014/17 da priorização de votação da Ordem do Dia de hoje.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa. (Pausa.) O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sra. Presidente, colegas, para esclarecer. Pelo que eu entendi, Ver. Marcelo Sgarbossa, V. Exa. quer a retirada para incluí-los numa pauta especial de projetos que tratam de direitos das mulheres. É isso? Foi o que eu entendi na reunião de líderes de hoje.

Eu entendo a realização dessa sessão especial que se vai marcar, mas acho que podemos evitar um constrangimento aqui. Por quê? Porque, se levarmos o projeto, obviamente que é uma sessão que é para ter um caráter também de homenagem às mulheres e aqui neste projeto há um problema constitucional que foi discutido na CCJ, o parecer é pela existência de óbice, houve apenas um voto pela inexistência de óbice, que foi o que trouxe o projeto ao plenário; há um problema de constitucionalidade. Parece-me que seria uma homenagem descabida se, no dia de uma sessão especial, para homenagear as mulheres, terminássemos reprovando o projeto porque há existência de um óbice jurídico, que depois poderemos aprofundar quando entrarmos na discussão do

projeto. Parece-me que, neste caso específico, seria melhor que discutíssemos o projeto na data de hoje para evitar eventual constrangimento numa sessão que é, não digo festiva porque é deliberativa, uma sessão especial para homenagem. Há, neste projeto, uma inconstitucionalidade por se tratar de direito do trabalho, que não é matéria específica da Câmara de Vereadores – não podemos legislar sobre ela, inclusive ela excede o que diz a própria CLT a respeito do tema; portanto, estaremos criando uma regra de direito do trabalho extraordinária à CLT! Nesse sentido, o meu encaminhamento se entende bem, Ver. Marcelo, que é para evitar um constrangimento em uma sessão que é para ser de homenagens; então que negássemos o requerimento, discutíssemos o projeto na data de hoje e pudéssemos fazer uma apreciação para que não houvesse um constrangimento dos vereadores que opõe este óbice à tramitação. Obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, colegas vereadores, dois projetos do Ver. Marcelo Sgarbossa tiveram óbice na CCJ, na CEFOR, na CEDECONDH e na COSMAM, passando somente na CUTHAB. Eu faço aqui coro ao que o Ver. Ricardo Gomes está falando. Se o vereador quer jogar isso para a sessão que vamos fazer em homenagem às mulheres, para nos constranger – em um dos projetos fui relator na CCJ e dei a existência de óbice, vereador –, se o senhor quer legislar sobre matéria trabalhista, o senhor vá para o Congresso Nacional; lá é o local de legislar sobre matéria trabalhista. O senhor quer nos constranger com esse seu projeto no dia que faremos homenagens às mulheres, ele simplesmente faz uma legislação sobre matéria trabalhista. E eu fui o relator, dei óbice, V. Exa. apresentou um recurso, manteve o óbice. E esse projeto veio com a rejeição da CCJ, porque foi rejeitado por quase todos os seus membros, que obriga vencedores de licitações realizadas por órgãos e entidades da administração pública municipal, direta ou indireta, a garantir paridade salarial entre homens e mulheres com mesmo cargo e tempo de serviço que compõem seu quadro de funcionários e determina que conste nos editais dessas licitações cláusula dispondo sobre essa obrigatoriedade.

Essa é uma luta de quase duas décadas do movimento sindical, no mínimo, para que se tenha paridade salarial entre homens e mulheres. É uma briga constante que o movimento sindical faz no Congresso Nacional e faz nas negociações de dissídios, tentando incluir até nas convenções coletivas. Não seremos nós, por uma lei municipal, que vamos conseguir legislar sobre matéria trabalhista, e matéria decidida ou entre as partes do negociado sobre o legislado, ou decidida pelo Congresso Nacional.

Então, se o senhor quer discutir essa matéria no plenário, ninguém está se furtando, agora, o senhor quer jogar isso para discutir no momento que esta Casa faz sessão para homenagear as mulheres e votar alguns projetos que, com certeza, não irão intimidar os vereadores... Eu posso lhe dizer isso, porque eu sou ferrenho defensor das causas das mulheres, não só aqui, mas na prática. Mais de 40% da formação da direção do meu partido é composto por mulheres. O meu partido, nas duas eleições que disputou, passou da cota de 30% de mulheres. E no movimento sindical, nas entidades as quais eu dirigi e sigo à frente, todas as diretorias, apesar de não ter a lei no movimento sindical, passam de 30% de cota de mulheres, então, é na prática. Então, só quero lhe dizer que os outros projetos até podem ter um acordo para adiar, agora, esse projeto ou senhor retira... Não temos como incluir na semana da mulher um projeto completamente inconstitucional. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar o Requerimento de sua autoria.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Eu subo na tribuna para encaminhar, talvez, esclarecer aqui que não falei, Ver. Ricardo Gomes – se falei, retiro – de fazermos uma sessão especial. Duas reuniões de líderes atrás, estava previsto, eu mesmo, hoje de manhã, levantei a questão de que não haverá sessão extraordinária amanhã, que era a ideia da última sessão antes de março. Então, primeiro, ninguém falou aqui em fazer uma sessão extraordinária, ao contrário, uma sessão normal em que os vereadores que têm projetos ligados ao tema da mulher, aos direitos da mulher, pudessem colocar para a votação. Depois, se esses projetos seriam aprovados ou não, aí é uma questão do plenário. Mas eu vi que os vereadores, em vez de falar nesse encaminhamento que

estamos fazendo, entraram no tema. E eu não gostaria que o tema saísse, para os vereadores que estão com mentes abertas, querem entender melhor o projeto, e sabemos que, muitas vezes, um voto numa comissão pode, depois, ser mudado em plenário, então é importante esclarecer. Primeiro, nós não estamos mexendo em legislação trabalhista. Eu defendo aqui a paridade, mas nós não estamos mexendo. Nós estamos mexendo numa obrigação para as empresas que se habilitarem a concorrer numa licitação do Município de Porto Alegre. E isso, o STF, casualmente, decidindo uma ação em Brumadinho, em que a Câmara Municipal aprovou a proibição de contratação de parentes dos chefes dos cargos públicos, lá entrou uma ADIN e o STF disse que é constitucional, é uma decisão de 2012. O que o STF diz no Recurso Extraordinário nº 423/570 de Minas Gerais? Diz que pode a legislação municipal estabelecer critérios de contratação dos privados. E se faz isso a todo o momento, se colocam exigências ambientais. O que não pode é o Município contrariar a Lei Geral das Licitações nº 8.666. Obviamente, nós não podemos fazer uma legislação municipal que contrarie a Lei das Licitações, mas, se não contraria, e é o que diz o STF, então eu começaria dizendo para a nossa CCJ que estou embasado na corte suprema. Depois, se discordam do mérito do projeto, é outra questão, mas não queiram o matar na formalidade, dizendo que a nossa CCJ, com todo o respeito, sabe mais ou tem mais autoridade para dizer o que é constitucional e o que não é. Então, está aqui o acórdão, gostaria que depois os vereadores que tiverem dúvidas o lessem o. E já deixo como recomendação, se aceitarem humildemente: podemos, sim, legislar e fazer exigências para as contratações do Município, tanto que aprovamos uma lei que depois perdeu objeto por própria decisão do STF, mas é lei no Município de Porto Alegre, perdeu objeto por uma decisão do STF, é lei de nossa autoria, aprovada pela Câmara e sancionada pelo então prefeito Fortunati que empresas que doarem para campanhas eleitorais não podem contratar com município de Porto Alegre. Não impede a doação, mas, se doou, não pode contratar com a Prefeitura, com o Executivo. E aqui é a mesma coisa. As empresas se habilitam numa licitação se quiserem, não são obrigadas, mas só serão contratadas se houver paridade salarial entre homens e mulheres que ocupam o mesmo cargo.

Então, eu não sei se o Ver. Ricardo Gomes vai fazer disso uma batalha. Quero dizer que o projeto seguinte, que trata da criação, Ver. Janta, não sei se V. Exa. acompanha, do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher... Aqui eu percebo que passou pela CCJ, que foi

pela inexistência de óbice; passou na CEFOR, que foi pela aprovação do projeto; CUTHAB, que foi pela aprovação do projeto; só na CEDECONDH ele teve parecer contrário. Então, aqui uso o mesmo argumento que foi utilizado agora há pouco na tribuna: esse está *o.K.*, vamos aprová-lo, então? Vamos aprová-lo, Ver. Pujol, o próximo projeto, que cria um fundo municipal? Igual ao Ver. Mendes, que conseguiu aprovar uma lei que cria o Fundo Municipal da Defesa Civil? Então, deixo aqui. Eu estou aqui pedindo para adiar um, mas, se os vereadores derem acordo, aprovamos o projeto que vem na sequência, que cria o fundo municipal. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Mendes Ribeiro, o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa. (Pausa.) (Após apuração nominal.) **REJEITADO** por 17 votos **NÃO**; 7 votos **SIM**.

Vereador Cassiá Carpes (PP) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a inversão da ordem de priorização do dia de hoje, de modo que passemos o PLL nº 003/18 para o seu final.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cassiá Carpes. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Aprego Ofício do Ver. Luciano Marcantônio, que comunica, nos termos do art. 218, inc. VIII, do Regimento, o seu licenciamento do mandato que detém perante este Legislativo, a partir do dia 27 de março de 2019, para desempenhar o cargo de titular da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade – SMIM. Em consequência, declaro empossado o Ver. Mario Manfro, que já prestou compromisso e fará parte da Comissão de Defesa do Consumidor, Direito Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH.

Vereador Marcelo Sgarbossa (PT) (Requerimento): Presidenta, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 142/17 por uma sessão.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Solicito que o Ver. Reginaldo Pujol assuma a presidência.

(O Ver. Reginaldo Pujol assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em discussão o PLCL nº 014/17. (Pausa.)

Vereador Marcelo Sgarbossa (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLCL nº 014/17 por uma sessão.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Presidente Pujol e demais vereadores, subo aqui e não vou utilizar os cinco minutos, o senhor mesmo acabou de ler, a tramitação do projeto foi aprovada na CCJ, na CEFOR e na CUTHAB, infelizmente não passou numa comissão, na CEDECONDH, pelo relatório da Ver.^a Comandante Nádia. Lembro que, na legislatura passada, se dizia que os vereadores não poderiam aprovar fundos, projetos que criavam fundos. Se não me engano, o Ver. Ferronato tem a lei do Fundo Municipal do Idoso, de sua autoria. No ano passado, se não me falha a memória, aprovamos o Fundo da Defesa Civil, do Ver. Pablo Mendes Ribeiro, que deve ter sido sancionado, Ver. Pablo, não tenho notícia de que foi vetado, senão teríamos derrubado o veto aqui nesta Casa. Portanto, se alguém tem alguma dúvida do ponto de vista formal, já que vejo que alguns têm um certo amor exagerado pela formalidade, saibam que temos precedentes nesta Casa de leis recentes aprovadas que criam fundos. Este é o primeiro ponto. Depois se sobe aqui sempre para dizer e analisar a tramitação nas Comissões para poder dizer sua opinião no plenário. Acho plenamente aceitável que durante a discussão do plenário haja mudança de posição, mas para aqueles que se agarram a esse argumento, está aqui na folha: aprovado na CCJ este projeto, na CEFOR e na

pág. 27

CUTHAB, então das quatro comissões não passou apenas em uma. Ainda não consegui contabilizar quantos votos faltaram para passar também nesta última comissão. Enfim, fica o projeto pronto para votar numa próxima sessão, talvez não na próxima, pois teremos uma ordem do dia bastante extensa, mas gostaria de pedir o apoio dos vereadores e vereadoras para que aprovemos uma questão básica que trata dos direitos da mulher, que é a criação de um fundo específico para contribuir nas políticas públicas. Fica esse registro. Espero que os Vereadores concordem com o adiamento para que possam entender melhor o projeto, e estou à disposição para ajudar a entender, se for o caso. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores. O Ver. Marcelo Sgarbossa traz um requerimento para adiamento da votação de um projeto de lei por uma Sessão, de sua iniciativa, sobre a criação de fundo municipal dos direitos da mulher, e dá outras providências. Existem diversos fundos do município de Porto Alegre com diferentes naturezas e intencionalidades para políticas públicas que complementem os serviços ou as atividades do Poder Executivo e do Poder Legislativo. Existe Fundo da Criança e do Adolescente; existe Fundo do Idoso; Fundo da Pessoa com Deficiência, Meio Ambiente, Saúde, cada um deles pode apoiar políticas públicas, não necessariamente, inculindo todas as responsabilidades sobre o gestor desta Cidade que é o Poder Executivo. Portanto, é democrático permitir que outros órgãos da sociedade participem da construção das políticas públicas e complementem as atividades que as diferentes secretarias do governo têm sob sua responsabilidade. O Ver. Marcelo Sgarbossa, o autor desse projeto, tem o entendimento de que o projeto talvez não tenha a concordância necessária para a sua aprovação. Eu não vejo porque um vereador, que tenha uma iniciativa dessa natureza, não possa ter a concordância desta Casa em adiar a votação. É isso que o vereador está pedindo agora: o adiamento da votação do projeto de criação de um fundo. Se os vereadores concordam ou não, aqueles que não concordam poderão manifestar a sua não concordância no dia em que houver, então, a priorização e

pág. 28

a votação desse projeto, não precisam rejeitar agora. Eu geralmente concordo com as iniciativas dos autores de adiar, de prorrogar, de construir um consenso ou, pelo menos, melhorar as justificativas das iniciativas parlamentares. Portanto, venho a esta tribuna pedir que esta Casa compreenda as reais intenções do vereador autor desse projeto de lei e concorde com o adiamento da votação desse projeto. Boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Boa tarde. Ver. Alex Fraga, gostaria de esclarecer, para que não pareça qualquer tipo de implicância ou intolerância com o colega Marcelo Sgarbossa. O que nós manifestamos aqui com relação ao projeto anterior não é qualquer tentativa de impedir o vereador de escolher o momento adequado para ter a votação do seu projeto, inclusive a priorização vem da reunião de líderes. É um caso específico em que se propôs, e isso ficou em negociação na Casa, a realização de uma pauta específica em homenagem ao Dia da Mulher, ainda dentro de março, o mês da mulher – mas que talvez pudesse ocorrer no início de abril, uma pauta específica de projetos que tratam de direitos das mulheres. O que eu quis pontuar é que neste caso específico do projeto anterior, como há uma discussão profunda sobre o óbice jurídico do projeto, poderia constranger alguns colegas de fazer essa votação num dia em que é para ser de homenagem as mulheres. E mais: se o projeto não saísse da pauta daquela sessão específica, eu me oporia à realização da própria sessão, porque homenagem é uma coisa, sessão de votação é outra. Não podemos confundir uma análise que nós temos que fazer, até da legalidade do projeto, com homenagear a plateia que está presente, sob pena de sacrificar... Há uma discussão, o Ver. Marcelo trouxe uma decisão do Supremo, eu entendo que não se aplica, talvez alguém entenda que se aplica, mas tem uma discussão constitucional para fazer, e eu entendo, por isso encaminhei nesse sentido, que não caberia fazer numa sessão com uma natureza de homenagem, justa. Nesse caso aqui, se é para fazer o adiamento, como nós, ordinária e corriqueiramente fazemos no projeto, não tenho nada a opor; se é para colocar esse projeto numa pauta específica daquele mesmo dia, porque também trata de um fundo para as mulheres, de novo me

oponho, porque também pretendo votar contra esse projeto, como voto contra a criação de fundos no mais das vezes. Não se trata de um problema com as mulheres. Só para esclarecer, para que não pareça que há uma obstrução qualquer do direito do vereador de adiar, o que nós fazemos aqui corriqueiramente, em votações rápidas, simbólicas, sem problema nenhum, sem nem encaminhar. Então, é só para esclarecer, para que não pareça implicância com o colega. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (MDB): Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol, presidindo a sessão na tarde de hoje. Colegas vereadores, público que nos acompanha, eu só quero falar de uma diferença entre o projeto que nós aprovamos – do Fundo Municipal de Defesa Civil – e este do Marcelo, que cria o fundo das mulheres. Nada contra criar o fundo das mulheres, quero apenas dizer que, quando eu criei o fundo, eu deixei esse fundo para regulamentação do projeto. O Marcelo, não; ele já cria obrigação para o Executivo dizendo que a gestão desse fundo ficará com o Codim; então já é uma diferença bem grande entre os nossos projetos.

Outra diferença é quanto ao art. 6º do projeto do Marcelo. O Marcelo obriga que um dos recursos desse fundo esteja na dotação orçamentária do Município; o meu, não; o meu possibilita estar no orçamento, não obriga. A gente não pode falar sobre orçamento, sobre dotação orçamentária aqui no Legislativo Municipal. Só para esclarecer as diferenças, Ver. Marcelo, entre os nossos fundos, a inconstitucionalidade dos dois. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Cláudio Janta (SD): Obrigado, Sr. Presidente. Só para fugir desta discussão, eu quero agradecer ao líder, o Ver. Cassio Trogildo, e a toda bancada do PTB – Ver. Comissário Rafão, Ver. Paulo Brum – a permissão para que hoje o nosso partido, o Solidariedade, estivesse com dois membros aqui nesta Casa, com o Ver. Mario Manfro, que, hoje, assume a suplência aqui do PTB, em que se elegeu, e o partido manteve esse estado democrático de direito. Então, quero agradecer à bancada do PTB, através do seu

líder, o Ver. Cassio Trogildo, e dar as boas-vindas ao vereador do Solidariedade, o Mario Manfro. Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Vereador, eu me associo à sua fala pela alegria de termos aqui conosco o Ver. Mario Manfro, ainda que por outra legenda, não aquela a que nós havíamos nos acostumado a tê-lo aqui conosco.

Aprego memorando de autoria do Ver. Mário Manfro que informa estar filiado ao Partido Solidariedade – SD.

Em votação nominal, solicitado pelo Ver. Ricardo Gomes, o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) 8 votos **NÃO**. Declaro nula a votação por falta de quórum deliberativo.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h16min.)